

# A Falácia do Liberalismo: Ciclicidade Histórica

*Amiris de Paula Serdeira*

*Breno Zini Moreira Silva*

## Diques para o tsunami

Neste mundo em transformação, demasiados analistas, planejadores e economistas brasileiros continuam presos a paradigmas e (falsos) problemas dos anos 1990. Foi preciso muito apego a agendas do passado (e ao rendimento fácil das aplicações financeiras) para se opor à redução das taxas de juro quando as evidências do agravamento da crise europeia e as consequências negativas do câmbio supervalorizado já estavam à vista.

Denunciar cautelosas medidas protecionistas como um escândalo nesta conjuntura é uma atitude do mesmo naipe. (...) Depois de duas crises financeiras mundiais, de mudanças decisivas no equilíbrio entre as potências do Norte e do Sul e do início de uma guerra cambial, comercial e financeira aberta entre as potências, tornou-se uma atitude ainda mais fora de tempo e de lugar.

(...) A própria Alemanha, cuja primeira-ministra Angela Merkel criticou o protecionismo brasileiro durante a visita da presidenta Dilma Rousseff, adotou 82 medidas protecionistas desde setembro de 2008, enquanto os EUA tomaram 106, a Índia 101 e a

China 94. E o Brasil? Aprovou 80, o que não é nada de extraordinário no atual estado conturbado do mercado internacional.

(...) É preciso uma política de planejamento industrial e de infraestrutura para capacitar o Brasil a competir como um dos BRIC e uma das principais potências econômicas deste admirável mundo novo, mas isso exige criar condições estáveis para o investimento e a concorrência internacional.

Isso significa também um câmbio ao menos tão competitivo e previsível como o têm outros países em desenvolvimento. Como só pode prever o futuro quem o constrói, isso significa um controle efetivo do câmbio e dos fluxos de capitais pelo Estado brasileiro de acordo com as necessidades do seu desenvolvimento econômico no longo prazo, e não dos interesses momentâneos do capital financeiro.

Hoje, a supervalorização da moeda brasileira e a conseqüente perda de competitividade industrial têm mais a ver com fluxos financeiros anormais do que com a “doença holandesa”, que é a supervalorização da moeda pelo excesso de exportação de commodities. Até a agroindústria, menos sensível às oscilações cambiais, começa a sofrer.

(...) A inundação (tsunami, que seja) de moedas e títulos de países ricos - cujos governos tentam amenizar a crise à custa uns dos outros -, e dos países “emergentes” - oferecendo recursos ilimitados a juros reais muito baixos ou negativos a seus setores financeiros - não tem sido suficiente para tirar seus setores produtivos internos do marasmo, mas basta para grandes bancos e transnacionais fazerem a festa, ao captar recursos a custo baixo ou nulo nas matrizes e correr lucros fáceis com a aplicação em nações como o Brasil.

(...) Sem medidas de alcance estrutural, a eventual reversão dos fluxos financeiros – seja por queda dos juros no Brasil, seja por recuperação (ou agravamento) da situação no Norte – poderá deixar um país financeiramente quebrado e com estrutura produtiva sucateada, sem ter condições de continuar a importar o que de fato necessita nem de substituir importações por produtos nacionais, muito menos de competir na arena internacional. Claro que há quem lucre no Brasil com a situação atual e quem se arranjará muito bem diante de uma reviravolta catastrófica, mas não é o que convém à maioria de seus cidadãos.

**Diques para tsunamis.** Disponível em: <[http://www.cartacapital.com.br/destaques\\_carta\\_capital/diques-para-tsunamis/](http://www.cartacapital.com.br/destaques_carta_capital/diques-para-tsunamis/)>. Acesso em: 09 mar. 2012.<sup>31</sup>

## As respostas de Dilma ao mundo

(...) A presidente tem razão quando afirma que as condições do mercado internacional mudaram, exigindo do Brasil uma nova estratégia. Os riscos de agravamento da crise

financeira mundial diminuiram de forma sensível nos últimos meses, não se fala mais (ou se fala pouco) da possibilidade de um banco quebrar ou de um país europeu dar um calote, mas, certamente, lidar com o que está aí já é bastante desafiador.

Em apenas três meses, o Banco Central Europeu (BCE) despejou € 1 trilhão em dinheiro barato nos bancos da zona do euro. A maior parte desses recursos voltou para os cofres do próprio BCE, indicando que as instituições financeiras não estão dispostas a financiar o setor produtivo neste momento. Por ora, o objetivo daquele banco central é esse mesmo: melhorar o balanço financeiro dos bancos e, ao mesmo tempo, permitir que eles sigam financiando as dívidas dos governos europeus.

Uma outra parte do dinheiro emprestado pelo BCE circula pelo mundo em busca de rentabilidade. É o "tsunami monetário" ao qual se refere a presidente Dilma. A rigor, o tsunami ainda não veio. Poderá vir quando a situação europeia melhorar, diminuindo a aversão dos investidores a risco.

(...) Três anos são, portanto, o prazo que as autoridades monetárias tanto da Europa quanto dos EUA deram aos governos de seus países para melhorar a situação fiscal e recuperar a capacidade de crescimento das economias.

(...) É legítimo as autoridades se preocuparem com a indústria; as medidas de desoneração da folha vêm em boa hora, mas o ideal seria o governo trabalhar num conjunto mais amplo de reformas que induzam o aumento da

<sup>31</sup> Devido ao tempo, o acesso ao link foi expirado.

produtividade. Desse rol, não podem faltar medidas para ampliar a infraestrutura, qualificar a mão de obra, reduzir e racionalizar a carga tributária e estimular a inovação tecnológica. (...) O governo sabe também que há uma tendência de longo prazo de apreciação da moeda brasileira. Contra isso não há muito o que fazer.

A resposta de Dilma ao mundo. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/2569212/respostas-de-dilma-ao-mundo/>>. Acesso em: 14 mar. 2012.

## Comentário<sup>32</sup>

Os ânimos na última cerimônia de abertura da CeBIT (sigla alemã que representa a maior feira de tecnologia e comunicação do mundo) se alteraram entre a presidente Dilma Rousseff e a chanceler alemã Angela Merkel. O motivo para as falas atravessadas na feira, realizada em Hannover, foi o recente pronunciamento da presidente brasileira sobre as consecutivas expansões monetárias que vem sendo realizadas, majoritariamente (nos últimos meses), pela União Européia, chamadas de “tsunamis de liquidez”. O termo é cunhado para definir operações de liquidez com emissões de haveres monetários que, em 3 meses, já contabilizam 1 trilhão de euros, e entram nos outros países com altas taxas de juros.

Antes dessas medidas, a conjuntura básica da economia mundial era dada pelos países emergentes com suas altas taxas de juros,

visando atrair capitais estrangeiros e, com isso, aumentar o investimento no país, seja por iniciativa privada ou pública. A entrada desse montante de capital também agiria tentando reverter o quadro da conta corrente da balança de pagamento, como é o caso do Brasil - que durante toda a última década, teve sua balança de pagamentos deficitária. Todavia, o déficit na conta corrente do balanço de pagamentos não é um problema que se possa resolver com meia dúzia de medidas. É, na verdade, um problema de cunho estrutural. O agravamento do déficit da CC se dá devido à sobrevalorização cambial e a consequente queda do saldo da Balança Comercial.

A situação já muda quando tratamos da grande maioria dos países desenvolvidos, dado que os mesmos eram superavitários na conta corrente. Isso ocorre devido ao superávit da Balança de Serviços e Renda – estes países são os berços de grandes empresas, o que acaba fomentando a prestação de serviços por esses países.

Enquanto uma solução imediata de caráter quase paliativa para resolver os problemas econômicos gerados pela recessão que assola o mundo, em especial após a crise que estourou em 2008, essas operações adotadas pelo BCE (Banco Central Europeu) visam aumentar as atividades econômicas dos respectivos países, porém acabam gerando um fluxo de capitais com direção à novos lugares com altas taxas de juros para aplicação de capital. Não obstante, a proposição do “tsunami de liquidez” gera instabilidade por dar margem a dúvidas quanto ao lapso temporal que será necessário para resolver os problemas das economias

<sup>32</sup> O texto respeita o acordo ortográfico vigente no ano de 2012.

européias. Estimativas feitas por instituições financeiras europeias são de que serão necessários, no mínimo, três anos. O receio do resto do mundo, todavia, é que a “solução” encoraje bancos e especuladores em geral a sacarem grandes volumes de dinheiro barato que receberam das autoridades monetárias de seus países.

Por enquanto, parte da massa monetária ainda está contida na zona do euro, mas há uma inquietação no que tange à liberação dessas quantias no mercado mundial, o que formaria fluxos avassaladores em busca de operações lucrativas nos mercados ditos emergentes, valorizando as moedas nacionais destes países e, com isso, esmagando suas competitividades externas. É inquestionável que esse fluxo já existe, podendo ser notado na sobrevalorização de moedas emergentes.

Apesar das recentes expansões monetárias, somadas ao intenso fluxo de capitais de países desenvolvidos para os emergentes, a primeira-ministra alemã não tira totalmente a razão da presidente brasileira. Porém, afirma que as operações de liquidez são fundamentais para dar o tempo que as nações (européias, por exemplo) precisam para realizar suas reformas e se reestruturarem economicamente, com geração de empregos e diminuição de déficits fiscais.

Nos últimos tempos, os países emergentes vêm tentando adotar medidas para se protegerem desse “tsunami de liquidez”, que se agrava cada vez mais com as grandes emissões de euros. Como medidas para conter esta enxurrada

monetária, há o processo de redução da taxa básica de juros, a Selic (Sistema Especial de Liquidação de Custódia), que caiu 0,75 p.p., atingindo 9,75% na última reunião do Copom, diminuindo, assim, a remuneração dos títulos públicos indexados a esta taxa. Há também o aumento da alíquota do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), um imposto que incide sobre operações de crédito realizadas (majoritariamente) por instituições financeiras, sobre operações de câmbio, operações de seguro realizadas por seguradoras e relativas a títulos ou valores mobiliários. O recente aumento do IOF para 6%, somado ao aumento do tempo mínimo para permanência do capital no país – agora, a alíquota sobre empréstimos realizados no exterior por empresas e instituições financeira tem prazo mínimo de três à cinco anos –, visa uma tentativa de frear a vinda de capital especulativo para dentro do país e substituí-lo por capitais que buscam investimentos de longo prazo, ou seja, que vão realmente contribuir para o crescimento do país no futuro.

O problema fundamental é que essas medidas não ocorrem de uma hora para outra. Além disso, esses países sofrem uma forte pressão política para que estas medidas não sejam tomadas, já que tomá-las dificultariam ainda mais a reestruturação financeira dos países desenvolvidos. As medidas tomadas pelos países emergentes são muitas vezes taxadas de protecionistas e unilaterais, sendo questionadas nas reuniões da OMC (Organização Mundial do Comércio), que trata das regras mundiais de comércio e tem como

uma das funções verificar as políticas comerciais adotadas pelas nações.

Porém, esses questionamentos caem por terra quando observamos os números de medidas protecionistas adotadas pelas principais economias do globo. Com sua competição feroz para melhorar suas exportações, desde 2008, a Alemanha já adotou 82 medidas protecionistas, os EUA adotaram 106 medidas, a China 94 e a Índia 101 medidas, enquanto o Brasil adotou apenas 80. O ponto é que, por mais que nós compreendamos os problemas europeus, para países como o Brasil, os danos causados na economia não são sustentáveis.

A pedra angular desta discussão é que mais uma vez a história se prova cíclica: as mesmas nações desenvolvidas que impuseram uma série de medidas de liberalização comercial aos países em desenvolvimento durante o Consenso de Washington, enquanto adotavam medidas protecionistas internamente, fazem a mesma coisa hoje, ao impedirem os países emergentes de adotarem medidas protecionistas, buscando não o bem do mercado internacional, mas seus próprios interesses, uma vez que a maioria das nações está na ressaca da crise e busca o fortalecimento de suas economias. O protecionismo de algumas e a liberalização de outras não vão melhorar em nada essa situação.

Em suma, questiona-se quando os jogos de cinismo europeu, bem como o norte-americano, vão acabar (e se vão acabar). Não somente isso, mas também quando os países chamados emergentes, como é o nosso

caso, vão parar de tomar medidas de “maneira pontual, improvisada e insuficiente” como têm feito e começar a tomar medidas de cunho estrutural para mudar efetivamente a situação de suas economias, podendo criar, de fato, “diques” para contenção da liquidez que a Europa tenta nos impor goela abaixo (como faz há tanto tempo).